

XVII JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO



A MOBILIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DO SUJEITO NEOLIBERAL NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Liliane Rodrigues Reis
Ana Carolina da Silva Pereira
Sabrina Thalia Quoos

Universidade de Santa Cruz do Sul

Eixo 4 – Políticas públicas, currículo e sociedade

O Ensino Médio no Brasil tem sido alvo de sucessivas tentativas de reformulação, especialmente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Desde então, essa etapa da educação básica tem sido impactada por diferentes normativas e propostas, incluindo diretrizes curriculares nacionais com orientações conceituais distintas, além de iniciativas legislativas e regulamentações fortemente influenciadas pelo viés economicista que caracteriza a política educacional do país nos últimos anos (Silveira; Silva; Oliveira, 2021). Nesse contexto, a Medida Provisória 746/16, posteriormente convertida na Lei 13.415/17, promoveu mudanças significativas na estrutura curricular e no financiamento do Ensino Médio.

Este trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa qualitativa sobre a implementação do Projeto de Vida como componente curricular, no contexto da reforma do Ensino Médio instituída pela Lei 13.415/2017. O objetivo é problematizar os sentidos dessa abordagem no currículo escolar contemporâneo, especialmente no que tange à formação do chamado sujeito neoliberal.

Metodologicamente, a pesquisa desenvolveu uma reflexão teórica baseada em análise documental e bibliográfica. Foram examinados cinco documentos e relatórios produzidos por organismos internacionais: Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A seleção desses documentos se deu a partir de seu caráter prescritivo para a educação básica, com ênfase na formação da juventude e na vinculação ao conceito de sujeito neoliberal, conforme discutido por Dardot e Laval (2016).

A fabricação deste sujeito empresarial tem se dado por meio de técnicas diversas e através da utilização de dispositivos variados. De acordo com Silva (2019, p. 15), “o neoliberalismo opera através de formas sutis, flexíveis e inteligentes de poder”, utilizando de um discurso que, na maioria das vezes, se apresenta com as melhores intenções éticas.

As pesquisas sobre as influências econômicas na educação, especialmente nas últimas décadas com a ascensão do neoliberalismo, têm trazido enormes contribuições para que seja possível compreender as formulações das políticas educacionais e o processo de reformas que este campo tem sido submetido. Spring (2018) aponta que a influência das teorias econômicas na educação tomou proporção significativa desde a Escola de Chicago. Esta escola de pensamento defende a tese de que educação poderia ser uma ferramenta para o crescimento da economia, fomentando a aplicação de teorias econômicas a todos os aspectos da vida humana. Essas ideias apareceram nos primeiros trabalhos da OCDE, do Banco Mundial e do Fórum Econômico Mundial (FEM).

Documentos e relatórios elaborados por instituições como o Banco Mundial, a UNESCO, o BIRD, o BID e a OCDE têm apresentado prescrições para a educação básica, sobretudo voltadas à formação dos jovens, que configuram um padrão subjetivo com determinadas características. Ao observar as orientações presentes nesses documentos, nota-se um alinhamento entre o que é proposto nesses textos e os apontamentos de Dardot e Laval (2016) acerca das características e estratégias voltadas à fabricação do sujeito neoliberal. O documento *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*, ao se referir ao ensino secundário, afirma: “É nessa altura que os jovens devem poder decidir em função dos seus gostos e aptidões; é aí, também, que podem adquirir as capacidades que os levem a ter pleno sucesso na vida de adultos” (DELORS, 1996, p. 122).

A educação secundária brasileira tem apresentado a tendência ao atendimento das recomendações destes organismos. O Banco Mundial, inclusive, teve papel fundamental no financiamento da política de fomento às escolas de ensino médio de tempo integral que acompanhou a Reforma do Ensino Médio instituída pela Lei 13.415/2017, através de o acordo de empréstimo firmado com o Ministério da Educação. (Silva; Scheibe, 2017).

Compreendemos que o processo de financiamento externo para políticas nacionais se realiza num processo de recíproco movimento. Ou seja, os interesses internos das forças, organizações, sejam sociais, econômicas e políticas articulam-se com interesses externos, numa dinâmica contraditória e articulada com os interesses mundiais do capital que se move e se reproduz nos interesses do capital nacional. Esse, por sua vez se expressa nas personificações em instituições, classes, frações, grupos, projetos e indivíduos (Fornari; Deitos, 2021, p. 190).

O acordo de empréstimo que financiou parte desta política apresenta condicionalidades operacionais requeridas pelo Banco Mundial que vêm sendo atendidas pelo Ministério da Educação. Essas condicionalidades estão relacionadas à revisão dos currículos, à flexibilização curricular nas escolas, ao planejamento e à operação logística da oferta dessa flexibilização e ampliação do tempo para escolas em tempo integral. Nesse sentido, Fornari e Deitos (2021), compreendem que:

[...] a incorporação das recomendações e orientações de organismos multilaterais nas políticas educacionais têm tornado a educação um componente chave para o processo de controle social e ideológico e funcional aos interesses hegemônicos do capital, sustentando e reproduzindo os interesses socioeconômicos internos articulados com os interesses externo (Fornari; Deitos, 2021, p. 204).

Nas condições do neoliberalismo, onde há um prolongamento da racionalidade econômica para

todos os campos da vida, vemos o currículo escolar assumindo papel importante na reconfiguração de novas figuras de subjetividade. As políticas curriculares contemporâneas, de acordo com Silva (2019, p. 133), são cada vez mais regidas “por racionalidades neoliberais e neoconservadoras.

Esse investimento nas subjetividades por parte das políticas curriculares contemporâneas, fortalece “as dimensões do individualismo, da realização pessoal e da competitividade” (Silva, 2019, p. 139). “Neste caminho, o indivíduo cria para si uma narrativa na qual se vê como parte do mercado e, portanto, competindo com seus semelhantes pelo seu próprio sucesso, que só dependeria dele mesmo” (Freitas, 2018, p. 24).

A destruição da dimensão coletiva da existência, provocada pelo capitalismo avançado, vem correndo não apenas as estruturas que o precederam, como a família, mas também aquelas que ele próprio ajudou a criar, como as classes sociais (Dardot; Laval, 2016). As crises sociais são, hoje, percebidas como crises individuais; as desigualdades, atribuídas a uma responsabilidade pessoal; e os problemas do sistema vigente, interpretados como fracassos individuais (Dardot; Laval, 2016). O documento elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), intitulado *Melhores práticas em escolas de Ensino Médio no Brasil*, afirma que “[...] o objetivo maior da escolarização é dotar o sujeito da capacidade de aprender continuamente ao longo da vida e de gerir sua trajetória profissional diante da instabilidade e da precarização do mercado e das relações de trabalho” (INEP-MEC: BID, 2010, p. 34). Nesse sentido, Dardot e Laval (2016) apontam que: “[...] a apologia da incerteza, da reatividade, da flexibilidade, da criatividade e da rede de contatos constitui uma representação coerente, cheia de promessas, que favorece a adesão dos assalariados ao modelo ‘conexionista’ do capitalismo” (p. 330).

A manipulação de temas que são ao mesmo tempo morais e psicológicos, com o objetivo de impor certa conduta considerada “correta”, de acordo com Dardot e Laval (2016, p. 344), “pode parecer algo perverso”. Os autores alertam que não se trata de aplicar conhecimentos psicológicos, mas trata-se de construir, com o auxílio da psicologia, “técnicas de governo de si” que moldem o sujeito eficaz que interessa a empresa (p. 344),

Diante deste cenário, que faz parte de contexto global de ataque à escola pública (Laval, 2019), as articulações que visem a resistência ao projeto neoliberal se fazem necessárias. Os debates no campo teórico têm nos ajudado a compreender e a produzir conhecimentos novos sobre essas problemáticas. No entanto, de acordo com Jakimiu (2022, p. 24), é preciso promover o enfrentamento aos discursos neoliberais advindos do Governo Federal e dos reformadores empresariais da educação que “normalizam nas mídias a educação para o mercado e constroem a partir de suas narrativas uma noção positiva (e falsa) no imaginário da população”.

Com isso, a própria ideia de educação como direito e como um “serviço público” vem sendo enfraquecida. A escola, sujeita a estes imperativos econômicos, tem sofrido um processo de “despolitização” (Laval; Vergne, 2023, p. 15) Com isso, as questões coletivas vão sendo convertidas em problemas pessoais e as decisões políticas e econômicas transformadas em fracassos individuais. Assim, conforme argumentaram Saforcada e Baichman (2022), diante da radicalização das dinâmicas de mercado, é fundamental reposicionar o direito à educação como um direito humano

essencial. Para isso, torna-se imprescindível compreender as políticas e estratégias que aprofundam essa despolitização e acentuam determinadas desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio; Sujeito Neoliberal; Neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELORS, Jacque (org.). **Educação:** um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília, DF: UNESCO; São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000009.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2024.

FORNARI, Márcia; DEITOS, Roberto Antonio. **O Banco Mundial e a Reforma do Ensino Médio no Governo Temer:** uma análise das orientações e do financiamento externo. Trabalho Necessário, Niterói, v. 19, n. 39, p. 188-210, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47181/29253>. Acesso em: 4 fev. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **As melhores práticas em escolas de Ensino Médio no Brasil.** Brasília, DF: INEP-MEC: BID, 2010

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. Projeto de Vida no currículo do Ensino Médio: a educação a serviço da Pedagogia do Mercado. **Cocar**, [S. l.], v. 17, n. 35, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar>. Acesso em: 5 jun. 2023.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática:** a revolução escolar iminente. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SAFORCADA, Fernanda; BAICHMAN, Alan. Derecho a la educación, políticas públicas y escuela secundaria em América Latina: deudas y desafíos. In: SILVEIRA, Éder da Silva; SILVA, Monica Ribeiro da. MARTINIC, Sérgio; MOLL, Jaqueline (org.). **Ensino Médio, Educação Integral e Tempo Ampliado na América Latina.** Curitiba: CRV, 2022, p. 29-54.

SILVA, Roberto Rafael Dias. **Customização curricular no Ensino Médio:** elementos para uma crítica pedagógica. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, Mônica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do Ensino Médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.769>. Acesso em: 30 maio 2023.

SILVEIRA, Éder da Silva; SOUZA, Nayolanda Coutinho Lobo Amorim de; VIANNA, Rafael de Brito; ALMEIDA, Diego Orgel dal Bosco. Ensino Médio de Tempo Integral no Brasil: notas sobre os contextos de influência nacional e internacional no âmbito da Lei 13.415/2017. **Revista Pedagógica**, [S. l.], v. 24, p. 1-26, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22196/rp.v24i1.6605>. Acesso em: 30 maio 2023.

SPRING, Joel. **Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado. Campinas: Vide Editorial**, 2018.